

O Grupo Big Brasil S.A. ("Grupo Big") anuncia hoje os resultados do período de cinco meses de 2018 (5M18). As informações operacionais e financeiras a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em Reais nominais, de acordo com o padrão contábil internacional (IFRS) e devem ser lidas em conjunto com os demonstrativos de resultados e Notas explicativas para o período encerrado em 31 de dezembro de 2018. Não foram apontadas comparações anuais de resultados, pois a operação no formato atual configura-se a partir de agosto de 2018, data da subscrição do atual acionista controlador direto da Companhia, a Momentum - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Momentum").

e Capacidade de Execução que espelham nosso foco em rentabilidade e produtividade no longo prazo. Ainda no 2º semestre de 2018 redesenhamos a estratégia mercadológica da Companhia ao migrar para modelo de precificação *low-low*, e ao reforçar o sortimento das lojas agora com apelo regional e foco no controle de estoque. Visando reduzir o consumo de caixa da Companhia fechamos lojas deficitárias, encerramos o *marketplace* de *e-commerce* ([walmart.com.br](http://walmart.com.br)) e demos início a diversos projetos de redução de despesas.

**Resultados Operacionais**  
No período de cinco meses de 2018, a operação Varejo alcançou R\$ 5,9 bilhões de receita operacional líquida e R\$ 1,6 bilhão de lucro bruto, com 27,0% de margem bruta. No 4T18, as vendas de produtos líquidos oriunda da operação Varejo correspondeu a R\$ 3,6 bilhões, com margem bruta de 26,0%.

### 1. DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

**Consolidação de operações de Varejo e Atacado e formação do Grupo Big**

	Atacado	Varejo	Consolidado
<b>Número de Lojas</b>			
Operação Varejo: 368			
Operação Atacado: 70			
<b>Vendas Brutas</b>			
5M 2018: R\$ 10,7 bilhões			
Margem Bruta: 22,4%			
<b>EBITDA Ajustado</b>			
5M 2018: R\$ 128 milhões			
4T18: R\$ 109 milhões			
<b>Margem EBITDA Ajustada</b>			
5M 2018: 1,3%			
4T18: 1,8%			

A receita bruta consolidada da Companhia atingiu R\$ 10,7 bilhões, sendo R\$ 6,7 bilhões no 4T18.

Atingimos uma margem bruta de 22,4% nos 5M18 e 21,6% no 4T18;

O EBITDA Ajustado no período de cinco meses de 2018 correspondeu a R\$ 128 milhões, com Margem EBITDA Ajustada de 1,3%. No trimestre, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 109 milhões, com margem EBITDA Ajustada de 1,8%.

O Grupo Big consolidou 438 lojas em 18 estados brasileiros, além do Distrito Federal, sendo 368 lojas da operação Varejo e 70 lojas da operação Atacado.

### 3. DESEMPENHO OPERACIONAL POR SEGMENTO

**Operações de Atacado**

As operações de Atacado do Grupo Big compreendem o atacarejo Maxi e o clube de compras Sam's Club.

Em dezembro de 2018, as operações de Atacado contavam com 70 lojas distribuídas em 15 estados brasileiros além do Distrito Federal. Estas lojas representavam uma área de cerca de 335 mil metros quadrados.

	Atacado	4T19	70	335
<b>Número de Lojas</b>				
Área de Vendas (000 m²)				

**Resultados Operacionais**  
No período de cinco meses de 2018, as operações de Atacado alcançaram R\$ 3,6 bilhões de receita operacional líquida e R\$ 545 milhões de lucro bruto, com 15,0% de margem bruta. No 4T18, as vendas de produtos líquidos oriunda das operações de Atacado corresponderam a R\$ 2,3 bilhões, com lucro bruto de R\$ 336 milhões e respectiva margem bruta de 14,7%.

### 2. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em agosto de 2018, o Momentum - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia liderado pela *Advent International* adquiriu 80% do Walmart Brasil. A partir dessa mudança societária, uma nova etapa na história da Companhia começou, com gestão local e independente. A Companhia redefiniu sua estratégia focando nos seguintes pilares: (1) Crescimento dos formatos de atacado, tanto no atacarejo com o Maxi quanto no clube de compras com o Sam's Club, (2) Estabilização do Varejo, (3) Eficiência Operacional e todos suportados pela (4) Transformação Cultural.

Já em 2018 iniciamos a Transformação Cultural ao revitalizar o time de gestão, formando o que acreditamos ser um dos melhores e mais experientes de varejo alimentar no Brasil. Redefinimos para os nossos mais de 45 mil colaboradores os pilares comportamentais da Companhia: Senso de Urgência, Inconformismo, Dor de Dono

**Operação Varejo**

A operação Varejo do Grupo Big compreende as operações das marcas BIG, Super Bompreço, BIG Bompreço, Nacional e Todo Dia.

Em dezembro de 2018, a operação Varejo contava com 368 lojas distribuídas em 19 estados brasileiros, as quais representavam uma área de cerca de 1,1 milhão de metros quadrados.

	Varejo	2018	368	1,122
<b>Número de Lojas</b>				
Área de Vendas (000 m²)				

**Balancos Patrimoniais - Em 31 de dezembro (Em milhões de reais - R\$)**

Ativo	Controladora		Consolidado	
	Nota	2018	2018	2018
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	16	474	474
Contas a receber	5	-	1.588	1.588
Estoques	6	-	2.729	2.729
Impostos a recuperar	7	-	329	329
Despesas antecipadas	-	-	42	42
Outras contas a receber	-	-	88	88
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>16</b>	<b>5.250</b>	<b>5.250</b>
<b>Não circulante</b>				
Realizável a longo prazo				
Impostos a recuperar	7	-	1.047	1.047
Depósitos judiciais	14	-	796	796
Outras contas a receber	-	-	62	62
<b>Total realizável a longo prazo</b>			<b>1.905</b>	<b>1.905</b>
Investimentos	10	3.948	-	-
Imobilizado	11	-	3.463	3.463
Arrendamento mercantil	11	-	1.118	1.118
Intangível	12	-	414	414
		<b>3.948</b>	<b>4.995</b>	<b>4.995</b>
		<b>3.948</b>	<b>6.900</b>	<b>6.900</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>			<b>3.948</b>	<b>12.150</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.964</b>	<b>12.150</b>	<b>12.150</b>

**Balancos Patrimoniais - Em 31 de dezembro (Em milhões de reais - R\$)**

Passivo	Controladora		Consolidado	
	Nota	2018	2018	2018
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	13	-	3.381	3.381
Obrigações com arrendamento mercantil	15	-	40	40
Partes relacionadas	9	2	-	-
Tributos a recolher	-	-	83	83
Salários e encargos sociais	-	-	306	306
Receita diferida	-	-	116	116
Outras contas a pagar	-	-	317	317
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2</b>	<b>4.243</b>	<b>4.243</b>
<b>Não circulante</b>				
Obrigações com arrendamento mercantil	15	-	1.749	1.749
Partes relacionadas	9	258	311	311
Provisão para demandas judiciais	14	-	2.155	2.155
Receita diferida	-	-	15	15
Provisão para perda de investimento	10	27	-	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>285</b>	<b>4.230</b>	<b>4.230</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	16	33	33	33
Reserva de capital	16	3.672	3.672	3.672
Prejuízos acumulados	-	(28)	(28)	(28)
<b>Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas</b>		<b>3.677</b>	<b>3.677</b>	<b>3.677</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>3.964</b>	<b>12.150</b>	<b>12.150</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhões de reais - R\$)**

Nota	Capital social		Reserva de capital		Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas
	a integralizar	Reserva de capital a integralizar	Reserva de capital a integralizar	Reserva de capital a integralizar		
<b>Aporte inicial dos ativos em 31/07/2018</b>		<b>1.240</b>		<b>2.997</b>		<b>4.237</b>
Aumento de capital	16	190	(115)	1.710	(1.035)	4.237
Prejuízo do período	-	-	-	-	(28)	(28)
Redução de capital	16	(1.282)	-	-	-	(1.282)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>148</b>		<b>4.707</b>	<b>(28)</b>	<b>3.677</b>

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhões de reais - R\$)**

Nota	Capital social		Reserva de capital		Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas
	a integralizar	Reserva de capital a integralizar	Reserva de capital a integralizar	Reserva de capital a integralizar		
<b>Aporte inicial dos ativos em 31/07/2018</b>		<b>1.240</b>		<b>2.997</b>		<b>4.237</b>
Aumento de capital	16	190	(115)	1.710	(1.035)	4.237
Prejuízo do período	-	-	-	-	(28)	(28)
Redução de capital	16	(1.282)	-	-	-	(1.282)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>148</b>		<b>4.707</b>	<b>(28)</b>	<b>3.677</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras - Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhões de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto Operacional:** O Bompreço do Brasil Participações S.A., doravante denominado "Controladora" ou "Companhia", foi constituído em dia 15 de maio de 2018, na forma de sociedade anônima de capital fechado teve sua razão social alterada em 9 de setembro de 2019 para Grupo Big Brasil S.A. Tem sede na Avenida Tucunaré, 125, cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Brasil e tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("*holding*"). As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Consolidado" ou "Grupo"). O Grupo está envolvido primariamente na comercialização, no varejo e no atacado, de produtos alimentícios, artigos de vestuário, eletroeletrônicos, combustíveis e farmácias em lojas especializadas denominadas "Sam's Club", "Maxxi", "Big", "Big Bompreço", "Walmart Supercenter", "Hiper Bompreço", "Super Bompreço", "Todo Dia", "Hiper Todo Dia", "Mercadorama" e "Nacional". A Transportadora Bompreço Ltda. ("transportadora") tem como objeto social a exploração de atividades relacionadas ao transporte rodoviário. O Grupo foi criado em 4 de junho de 2018, quando o WMT Brasília celebrou um acordo de alienação de 80% da participação no Walmart Brasil ao Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Momentum"), que é o acionista controlador direto do Grupo e está sediado no Brasil. 1.1. **Empreendimentos Imobiliários:** Como parte do planejamento estratégico, o Grupo promoveu em 2018 uma reestruturação de seu portfólio imobiliário através de cessão de um pequeno número de imóveis das suas lojas a novas sociedades constituídas para investimento, gestão e administração imobiliária, que passaram a ser detidas pelo Walmart e Momentum, nas mesmas proporções do Grupo. A cessão da titularidade dos imóveis resultou em uma redução de patrimônio no Grupo em 2018 no montante de R\$ 1.282 através da redução de capital social no mesmo valor e o ativo imobilizado passou a ser refletido no balanço patrimonial do Grupo como arrendamento mercantil, representando contrato de aluguel de 20 anos, renováveis por mais 20 anos, entre o Grupo e as novas sociedades imobiliárias.

**2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota 3.4. 2.1. **Remissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foram originalmente emitidas em 12 de junho de 2019 e o Conselho de Administração do Grupo, com o objetivo de adequar às exigências regulatórias aplicáveis às Companhias Abertas registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), decidiu representar as respectivas demonstrações financeiras para incluir a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e informação por segmento, bem como efetuou reclassificações de determinadas contas, para aprimoramentos de divulgação, sem modificação do resultado do período e do patrimônio líquido de 2018, tendo aprovado a remissão destas demonstrações financeiras em 14 de outubro de 2020. De forma resumida, as principais reclassificações efetuadas podem ser assim demonstradas:

**Balanco patrimonial**

	2018	2018	2018	2018
	Nota	Original	Reclassificação	Reapresentado
Imobilizado (i)	11	2.954	509	3.463
Arrendamento mercantil (i)	11	1.627	(509)	1.118

**3.2.1. Moeda funcional e transações em moeda estrangeira:** A moeda funcional do Grupo e suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais - R\$. Todos os saldos foram arredondados para o milhão mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 3.2.2. **Transações denominadas em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o real - R\$) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e as taxas vigentes nos encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. 3.3. **Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** Tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas do IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis seguindo as disposições contidas no CPC 09 - "Demonstração valor adicionado". 3.4. **Uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos no encerramento do período. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Os principais julgamentos e estimativas estão descritos nas seguintes notas:

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Políticas contábeis: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Incluem o saldo em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras imediatamente resgatáveis e com risco insignificante de mudança de valor.

**Participação nos Investimentos - %**

	Participação direta	Participação indireta	2018
WMS Supermercados do Brasil Ltda.	99,99	0,01	100
WMB Supermercados do Brasil Ltda.	99,99	0,01	100
Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda.	97,76	2,24	100
Bompreço Bahia Supermercados Ltda.	52,05	47,95	100
Transportadora Bompreço Ltda.	0,01	99,99	100
Veranice Participações Ltda.	100	-	100
Clube de Multifidelização - Bomclub Ltda.	-	100	100

**5.1. Composição**

	Consolidado	2018	2018
Administradoras de cartão de crédito (a)	1.183	415	(10)
Tickets de vendas e outros	(1)	1.588	1.588
(-) Perdas de créditos esperadas	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.182</b>	<b>1.588</b>	<b>1.588</b>

**5.2. Aging do Contas a receber**

	Consolidado	2018	2018
A vencer	1.540	1.540	1.540
Vencidas:			
Até 30 dias	49	1	2
de 31 a 60 dias	1	2	1
de 61 a 90 dias	2	6	6
acima de 90 dias	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.588</b>	<b>1.588</b>	<b>1.588</b>

**5.3. Movimentação das perdas de créditos esperadas - PCE**

	Consolidado	2018	2018
Circulante	(14)	(3)	(7)
Não circulante	(3)	(2)	(5)
<b>Total</b>	<b>(17)</b>	<b>(5)</b>	<b>(12)</b>

**5.4. Composição de caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora	Consolidado	2018	2018
Caixa e bancos	-	-	16	214
Equivalentes de caixa	-	-	16	474
Aplicações financeiras - (i)	CDI	75%	-	-
<b>Total</b>			<b>32</b>	<b>708</b>

**5.5. Composição de caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora	Consolidado	2018	2018
Caixa e bancos	-	-	16	214
Equivalentes de caixa	-	-	16	474
Aplicações financeiras - (i)	CDI	75%	-	-
<b>Total</b>			<b>32</b>	<b>708</b>

**5.6. Estoques:** Políticas contábeis: O Grupo registra o custo dos estoques das lojas pelo método de varejo, cujo custo do estoque é determinado pela redução do seu preço de venda na percentagem apropriada da margem bruta, exceto para as lojas do atacado que são registrados pelo método de custo médio. São incluídos os custos dos produtos adquiridos líquido das bonificações recebidas, assim como os gastos com armazenagem e com transportes dos Centros de Distribuições - CD. Já o custo dos estoques dos CDs é registrado pelo custo médio, acrescido de bonificações e custos com armazenagem. Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. Os

**5.7. Impostos a Recupelar**

	Consolidado	2018	2018
ICMS (a)	1.738	253	43
PIS e COFINS (b)	253	33	(691)
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte	43	329	1.376
Outros impostos	33	329	1.376
(-) Provisão para perdas de ICMS (nota 7.1)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.067</b>	<b>615</b>	<b>1.055</b>

**5.8. Estoques:** Políticas contábeis: O Grupo registra o custo dos estoques das lojas pelo método de varejo, cujo custo do estoque é determinado pela redução do seu preço de venda na percentagem apropriada da margem bruta, exceto para as lojas do atacado que são registrados pelo método de custo médio. São incluídos os custos dos produtos adquiridos líquido das bonificações recebidas, assim como os gastos com armazenagem e com transportes dos Centros de Distribuições - CD. Já o custo dos estoques dos CDs é registrado pelo custo médio, acrescido de bonificações e custos com armazenagem. Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. Os

**5.9. Impostos a Recupelar**

	Consolidado	2018	2018
ICMS (a)	1.738	253	43
PIS e COFINS (b)	253	33	(691)
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte	43	329	1.376
Outros impostos	33	329	1.376
(-) Provisão para perdas de ICMS (nota 7.1)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.067</b>	<b>615</b>	<b>1.055</b>

**5.10. Estoques:** Políticas contábeis: O Grupo registra o custo dos estoques das lojas pelo método de varejo, cujo custo do estoque é determinado pela redução do seu preço de venda na percentagem apropriada da margem bruta, exceto para as lojas do atacado que são registrados pelo método de custo médio. São incluídos os custos dos produtos adquiridos líquido das bonificações recebidas, assim como os gastos com armazenagem e com transportes dos Centros de Distribuições - CD. Já o custo dos estoques dos CDs é registrado pelo custo médio, acrescido de bonificações e custos com armazenagem. Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. Os

**5.11. Impostos a Recupelar**

	Consolidado	2018	2018

**7.1. Provisão para perda na realização dos créditos tributários:** O Grupo monitora periodicamente o montante esperado de recuperação de créditos de ICMS. Para valores onde a expectativa de recuperação se dará em período que supera um horizonte de razoável certeza de que as projeções se materializarão, o Grupo registra provisão para perdas dos referidos créditos. O Grupo efetuou um estudo dos créditos de ICMS por Centro de Distribuição (CD) e Unidade Federativa para avaliar a recuperabilidade, assim como contratou uma empresa de consultoria especializada para reavaliar a malha logística, a legislação aplicada e novos regimes de tributação que possibilitou apresentar um plano para otimização da utilização de tais créditos. Com base na avaliação da Administração, a expectativa é que os saldos registrados no valor de R\$ 1.047 no ativo não circulante em 2018 passem a ser utilizados a partir de 2021, sem a ocorrência de perdas adicionais. Durante 2018 não houve necessidade de complemento da provisão inicial de R\$ 691. **7.2. Reconhecimento de créditos extemporâneos:** O Grupo obteve êxito nos processos fiscais relacionados ao ressarcimento do ICMS ST e do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, através de decisão transitada em julgamento em abril de 2017, novembro de 2018, fevereiro, julho e agosto de 2019. Os referidos processos transitados em julgamento contemplavam vários períodos de apuração; alto volume de dados; diferentes regras de tributação aplicáveis a entidades legais distintas do Grupo; complexidade sistêmica na compilação e processamento dos dados, bem como a necessidade de se gerar evidência, incluindo a identificação da documentação original disponível, que permitisse, a qualquer momento, a sua revisão e auditoria pelas autoridades fiscais, e assegurar a existência dos créditos conforme preceito do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro em seu parágrafo 5.14. Desta forma, pranzado nos créditos extemporâneos dos períodos de apuração de 2008 a 2010 foram reconhecidos em julho de abril de 2017 e novembro de 2018, ainda estavam em fase de levantamento, portanto, não foram reconhecidos quando da elaboração das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018. A Administração enviou todos os esforços necessários para que os trabalhos de mensuração dos referidos créditos fossem concluídos e registrados nas demonstrações financeiras conforme segue: **ICMS:** Os créditos relacionados a ICMS ST pagos à maior, com decisão transitada em julgamento em novembro de 2018 no montante de R\$ 233 relacionado ao período de apuração de 2014 a 2016 foram reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019; e o montante de R\$ 80 relacionado ao período de apuração de 2008 a 2010 foram registrados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. O recolhimento antecipado de ICMS ST com base em valor presumido, no montante de R\$ 60 que correspondem ao período de apuração de 2008 e 2009 e transitado em julgamento em abril de 2017, foram reconhecidos no exercício de 2019. **PIS e COFINS:** Os créditos relacionados a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, com decisão transitada em julgamento em fevereiro de 2019 e julho de 2019, no montante de R\$ 158, sendo R\$ 98 correspondente ao principal e R\$ 60 correspondente a correção monetária, relacionado ao período de apuração de 2011 a 2014 foram reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019; e o montante de R\$ 1.014, sendo R\$ 504 correspondente ao principal e R\$ 510 correspondente a correção monetária, relacionado ao período de apuração de 2002 a 2017 foram reconhecidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. **PIS e COFINS reconhecidos no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018:** Em relação a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, cuja decisão definitiva favorável foi transitada em julgamento em julho de 2018, relacionado ao período de apuração de 2015 a 2017, a Companhia registrou no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 56, sendo R\$ 44 correspondente ao principal e R\$ 12 correspondente a correção monetária, apresentados na rubrica outras receitas (despesas) operacionais líquidas e receita financeira, respectivamente.

**8. Imposto de Renda e Contribuição Social: Políticas contábeis:** São calculados com base no resultado do período, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Na prática, as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos somente se for provável a sua compensação com lucros tributáveis futuros. **8.1. Reconciliação da alíquota efetiva:** Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores às alíquotas nominais:

	Controladora	Consolidado
	2018	2018
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(28)</b>	<b>(28)</b>
Alíquotas nominal	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais</b>	<b>10</b>	<b>10</b>
Efeito das adições e exclusões:		
Multas	-	(1)
Perda efetiva com devedores	-	(6)
Equivalência patrimonial	(7)	-
Outras diferenças permanentes	(3)	-
IR diferido ativo não constituído	-	6
<b>Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Imposto de renda e contribuição social do período:		
Corrente	-	-
Diferido	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### 8.2. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

	Consolidado
	2018
Diferenças temporárias dedutíveis	5.082
Prejuízos fiscais acumulados	6.842
<b>Total</b>	<b>11.924</b>

**9. Partes Relacionadas:** As transações entre as empresas consolidadas referem-se a valores provenientes do rateio de custos corporativos, decorrentes de serviços prestados às Controladas, saldos e transações provenientes de venda e compra de mercadorias para abastecimento de lojas, repassadas pelo valor dos custos efetivamente incorridos. Tais transações são eliminadas na consolidação, anulando qualquer efeito nos resultados. Outras transações regulares com partes relacionadas incluem pagamento pelo uso de sistemas corporativos utilizados no Brasil, realizadas de acordo com contratos vigentes.

	Terrenos	Edifícios	Equipamentos e instalações	Benefetórias (a)	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Imobilizado em andamento	Total do ativo imobilizado	Ativos de direito de uso (b)	Total
<b>Custo - consolidado</b>											
<b>Saldo inicial 31/07/2018</b>	<b>1.011</b>	<b>3.370</b>	<b>4.348</b>	<b>1.877</b>	<b>32</b>	<b>735</b>	<b>6</b>	<b>24</b>	<b>11.403</b>	<b>586</b>	<b>11.989</b>
Adições	-	-	1	-	-	34	-	35	1.241	-	1.276
Baixas	(23)	(39)	(141)	(121)	(1)	(15)	(4)	(3)	(347)	-	(347)
Baixas - Cisão de lojas	(451)	(1.134)	-	-	-	-	-	-	(1.585)	-	(1.585)
Transferências	-	5	22	5	-	2	-	(34)	-	-	-
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>537</b>	<b>2.202</b>	<b>4.230</b>	<b>1.761</b>	<b>31</b>	<b>722</b>	<b>2</b>	<b>21</b>	<b>9.506</b>	<b>1.827</b>	<b>11.333</b>
<b>Depreciação e "impairment" - consolidado</b>											
<b>Saldos inicial 31/07/2018</b>	<b>(175)</b>	<b>(1.668)</b>	<b>(3.417)</b>	<b>(1.038)</b>	<b>(26)</b>	<b>(599)</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>(6.926)</b>	<b>(289)</b>	<b>(7.215)</b>
"Impairment"	42	385	132	78	-	-	-	-	481	(391)	90
Adições	-	(32)	(85)	(24)	-	(17)	-	-	(158)	(29)	(187)
Baixas	-	27	103	39	1	13	2	-	185	-	185
Baixas - Cisão de lojas	-	375	-	-	-	-	-	-	375	-	375
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>(133)</b>	<b>(913)</b>	<b>(3.267)</b>	<b>(1.101)</b>	<b>(25)</b>	<b>(603)</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>(6.043)</b>	<b>(709)</b>	<b>(6.752)</b>
<b>Valor residual em 31/12/2018</b>	<b>404</b>	<b>1.289</b>	<b>863</b>	<b>660</b>	<b>6</b>	<b>119</b>	<b>1</b>	<b>21</b>	<b>3.463</b>	<b>1.118</b>	<b>4.581</b>
Taxa anual de depreciação	-	2,50%	10,00%	(a)	20,00%	20,00%	20,00%	-	3,10%	-	-

(a) As benefetórias são depreciadas em função da vida útil estimada do bem ou do prazo dos contratos de aluguel, entre os dois, o menor.

(b) Refere-se substancialmente a aluguéis de prédios comerciais mensurados de acordo com CPC06(R1)/IAS 17 - Arrendamento mercantil.

**12. Intangível: Políticas contábeis:** *Outros ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis compreendem principalmente os gastos com as aquisições de licenças de programas de computador ("software") e de sistemas de gestão empresarial. A vida útil estimada é revisada ao final de cada período. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de "Depreciações e amortizações". *Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura:* O ágio não é amortizado, mas submetido a teste de recuperação anualmente ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC.

	Direito de uso de software	Ágio de investimento (a)	Intangível em andamento	Outros	Consolidado
<b>Custo</b>					
<b>Aporte inicial 31 de julho de 2018</b>	<b>630</b>	<b>530</b>	<b>-</b>	<b>715</b>	<b>1.875</b>
Adição	2	-	24	-	26
Baixa	(2)	-	-	(24)	(26)
Transferência	24	-	(24)	-	-
<b>Saldo inicial 31 de dezembro de 2018</b>	<b>654</b>	<b>530</b>	<b>-</b>	<b>691</b>	<b>1.875</b>
<b>Amortização</b>					
<b>Aporte inicial 31 de julho de 2018</b>	<b>(479)</b>	<b>(275)</b>	<b>-</b>	<b>(706)</b>	<b>(1.460)</b>
Adição	(26)	-	(1)	(27)	(26)
Baixa	2	-	-	24	26
<b>Saldo inicial 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(503)</b>	<b>(275)</b>	<b>-</b>	<b>(683)</b>	<b>(1.461)</b>
<b>Valor residual em 2018</b>	<b>151</b>	<b>255</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>414</b>
Taxa anual de amortização	20%	-	-	1,7%	-

(a) Relativo na aquisição do Sonae Distribuição S.A. em 2005. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Tal ágio é testado para fins de redução ao valor recuperável, de acordo com os requisitos do pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos no mínimo anualmente. Com a introdução da Lei nº 11.638/07 a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, em atendimento as práticas contábeis, o ágio não é mais amortizado.

**Políticas contábeis:** *Perda por redução do valor recuperável ("Impairment"):* Os bens do imobilizado, quando aplicável, e outros ativos não financeiros, são avaliados anualmente para identificar se há indicação de perda ao valor recuperável ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Os ativos intangíveis com vida útil definida e os bens do imobilizado são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças no ambiente de mercado indicarem que o valor recuperável de um ativo individual e/ou uma unidade geradora de caixa (UGC) puder ser menor que seu valor contábil. Para os ativos com vida útil indefinida, principalmente o ágio, o teste é realizado anualmente. Os ativos intangíveis, exceto ágio, com vida útil definida e imobilizado são testados para redução do valor recuperável sempre que há uma indicação de que seu valor recuperável pode ser menor que o seu valor contábil. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC), os quais correspondem a cada uma das lojas. O ágio de combinação de negócios é alocado às UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. Se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido de venda, ele é reconhecido no resultado do período. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas líquido de extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. *Taxa de perda por redução ao valor recuperável:* O Grupo avaliou a recuperação do valor contábil do imobilizado, arrendamento mercantil do Ágio com base no seu valor de uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado das UGCs representativas do conjunto de bens tangíveis e intangíveis utilizados nas operações do Grupo. As premissas sobre os fluxos de caixa futuros e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual e no plano de negócios de longo prazo do Grupo, aprovados pela Administração, bem como considerando o desempenho histórico do Grupo e com base em premissas macroeconômicas razoáveis e consistentes com fontes externas de informações e projeções de mercado, e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existem durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. As taxas de crescimento utilizadas são compatíveis com as expectativas macroeconômicas de longo prazo, as quais são revisadas anualmente com base no desempenho histórico e nas perspectivas para o setor em que o Grupo opera. As premissas chave utilizadas na análise do valor de recuperação dos ativos e ágio estão descritas a seguir: **• Receitas** - projetadas considerando o orçamento anual do próximo exercício e no plano de negócios do Grupo. **• Custos e despesas operacionais** - projetados com base no desempenho histórico do Grupo e crescimento em linha com o crescimento das vendas. **• Investimento de capital** - os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar o crescimento presumido das vendas. **• Taxa de desconto** - Os fluxos de caixa futuro estimados foram descontados a taxa de 6,92% a.a. em 31 de dezembro de 2018. **• Taxa de crescimento** - A taxa de crescimento considerada foi de 3,00% a.a. em 31 de dezembro de 2018. Durante o período de 2018, o Grupo testou seu ágio, imobilizado, arrendamento mercantil e ativos intangíveis em relação à perda por redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36/CPC 01, e reverteu o montante de R\$ 90 no ativo imobilizado em relação ao saldo anteriormente provisionado. No período findo em 2018, o Grupo avaliou que não existiram mudanças significativas no cenário econômico, bem como nos negócios, que pudessem impactar na estimativa da vida útil anteriormente apurada.

**13. Fornecedores: Políticas contábeis:** As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base em contratos e acordos assinados, que compreendem descontos incondicionais por volume de compras, logística e operação, além de negociações pontuais para reembolso de despesas. O Grupo possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores pelo montante líquido dos valores a receber de bonificações, consequentemente, são registradas substancialmente como redutores dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores.

	Consolidado
	2018
Fornecedores nacionais	3.340
Fornecedores estrangeiros	41
<b>Total</b>	<b>3.381</b>

**Convênios entre fornecedores e o Grupo:** O Grupo possui convênios com instituições financeiras, com a finalidade de flexibilizar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis de acordo com sua necessidade de fluxo de caixa. A utilização dessas linhas é uma opção do fornecedor e têm como objetivo fortalecer a relação comercial entre as partes. Estas transações foram avaliadas pela Administração e foi concluído que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e prazo acordado entre as partes, ficando as antecipações de recebíveis exclusivamente a critério do fornecedor.

**14. Depósitos Judiciais e Provisão para Demandas Judiciais: Políticas contábeis:** *Provisão para demandas judiciais:* O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos tributários, trabalhistas e cíveis em tramitação, decorrentes do curso normal das operações. Provisões são constituídas, para processos judiciais os quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, histórico de processos perdidos, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Depósitos judiciais:* Os depósitos judiciais são compostos por valores pagos e devidamente atualizados monetariamente relacionados a demandas judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista.

#### 9.1. Saldos e transações com partes relacionadas

	Passivo		Despesas	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2018	2018	2018	2018
WMB Supermercados do Brasil Ltda.	-	2	-	-
<b>Total de Controladas</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>
Walmart US (a)	258	311	(7)	(61)
Outras (b)	-	-	-	(23)
<b>Total de outras partes relacionadas</b>	<b>258</b>	<b>311</b>	<b>(7)</b>	<b>(84)</b>
<b>Total de partes relacionadas</b>	<b>260</b>	<b>311</b>	<b>(9)</b>	<b>(84)</b>

(a) Como parte da transação societária executada em 1º de agosto de 2018, o Grupo assumiu obrigação com Walmart US no montante de R\$ 251 sujeita a encargos mensais à taxa de 110% do CDI. O pagamento do principal e juros ocorrerá em 1º de agosto de 2024. O Walmart US tem a opção de, ocorrendo determinados eventos (como exemplo, intenção de pagamento de dividendos pelo atual controlador e/ou oferta pública inicial ("IPO")), converter o valor do principal desta obrigação em capital no Grupo. O Grupo também assumiu obrigação mensal de pagamento pelo uso dos sistemas do Walmart US (IT TSA), no montante inicial de R\$ 11, sujeita a encargos mensais de 100% do CDI. Os valores de principal e juros serão pagos até agosto de 2023. A Companhia assumiu obrigação com Walmart US em montante que seria calculada caso houvesse redução do saldo de ICMS até 1º de agosto de 2020. A Companhia concluiu que nenhuma obrigação é devida em decorrência desse tema.

(b) As transações com outras partes relacionadas, controladas pelos mesmos controladores do Grupo, referem-se a despesas com juros e aluguéis de prédios comerciais. Os contratos foram mensurados à taxa de 7% a.a., com prazo inicial em setembro de 2018, prazo final em setembro de 2058, o início de pagamento será após setembro de 2020, ou seja, com período de carência de 24 meses.

**9.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** No período de 5 meses findo em 31 de dezembro de 2018, a remuneração do pessoal-chave da Administração (diretores indicados conforme o Estatuto Social) foram a seguintes:

	Salário base	Remuneração variável	Total
	2018	2018	2018
Diretoria	3	6	9
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>9</b>

A despesa com remuneração da Administração está contabilizada na rubrica "Despesas com vendas, gerais e administrativas", na demonstração do resultado.

**10. Investimentos: Políticas contábeis:** Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento do Grupo em sua controlada. O Grupo determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

#### 10.1. Movimentação dos investimentos em controladas

	Controladora					Total
	Veraneio Participações Ltda.	WMS Supermercados do Brasil Ltda.	WMB Supermercados do Brasil Ltda.	Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda.	Bompreço Bahia Supermercados Ltda.	-
<b>Saldo inicial em 31/07/2018</b>	<b>(26)</b>	<b>1.564</b>	<b>1.631</b>	<b>1.200</b>	<b>114</b>	<b>4.483</b>
Redução de capital	-	(74)	(1.110)	(97)	-	(1.281)
Aumento de capital	-	221	283	121	115	740
Equivalência patrimonial	(1)	32	21	(38)	(35)	(21)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>(27)</b>	<b>1.743</b>	<b>825</b>	<b>1.186</b>	<b>194</b>	<b>3.921</b>
Investimento	-	1.743	825	1.186	194	3.948
Provisão para perda	(27)	-	-	-	-	(27)
Veraneio Participações Ltda. - tem como principal atividade a função de <i>holding</i> de instituições não-financeiras. WMS Supermercados do Brasil Ltda. - tem como principal atividade oferecer produtos de beleza, saúde, cama, brinquedos, câmeras digitais, eletrodomésticos, jogos, informática, instrumentos musicais, livros, papeleria, utilidades domésticas, cosméticos, esportes, e móveis e colchões. WMB Supermercados do Brasil Ltda. - tem como principal atividade o comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios. Supermercados do Nordeste Ltda. - tem como principal atividade a distribuição de alimentos e utilidades domésticas em geral por meio de uma rede de supermercados e lojas de departamento. Bompreço Bahia Supermercados Ltda. - opera no ramo de supermercados e padarias. A empresa fornece alimentos, bebidas, vinhos, flores, compras <i>online</i> , serviços de entrega e produtos domésticos.						

**11. Imobilizado e Arrendamento Mercantil: Políticas contábeis:** *Reconhecimento inicial:* Os valores do imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. *Custos subsequentes:* Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante é executada, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no momento em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada período e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

	Terrenos	Edifícios	Equipamentos e instalações	Benefetórias (a)	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Imobilizado em andamento	Total do ativo imobilizado	Ativos de direito de uso (b)	Total
<b>Custo - consolidado</b>											
<b>Saldo inicial 31/07/2018</b>	<b>1.011</b>	<b>3.370</b>	<b>4.348</b>	<b>1.877</b>	<b>32</b>	<b>735</b>	<b>6</b>	<b>24</b>	<b>11.403</b>	<b>586</b>	<b>11.989</b>
Adições	-	-	1	-	-	34	-	35	1.241	-	1.276
Baixas	(23)	(39)	(141)	(121)	(1)	(15)	(4)	(3)	(347)	-	(347)
Baixas - Cisão de lojas	(451)	(1.134)	-	-	-	-	-	-	(1.585)	-	(1.585)
Transferências	-	5	22	5	-	2	-	(34)	-	-	-
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>537</b>	<b>2.202</b>	<b>4.230</b>	<b>1.761</b>	<b>31</b>	<b>722</b>	<b>2</b>	<b>21</b>	<b>9.506</b>	<b>1.827</b>	<b>11.333</b>
<b>Depreciação e "impairment" - consolidado</b>											
<b>Saldos inicial 31/07/2018</b>	<b>(175)</b>	<b>(1.668)</b>	<b>(3.417)</b>	<b>(1.038)</b>	<b>(26)</b>	<b>(599)</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>(6.926)</b>	<b>(289)</b>	<b>(7.215)</b>
"Impairment"	42	385	132	78	-	-	-	-	481	(391)	90
Adições	-										

## 22. Cobertura de Seguros:

Riscos operacionais	1.652
Risco de transporte de mercadorias	21.153
Responsabilidade civil	20

**23. Plano de Opções de Ações: Políticas contábeis:** O Grupo oferece a seus executivos planos de opção de compra de ações cujas características estão descritas abaixo. As opções são alienadas, com pagamento à vista, ao seu valor justo, determinado com base em metodologia reconhecida, na data de cada outorga. O valor justo exclui o efeito das condições de exercício que não se baseiam no mercado. Cada opção adquirida dá ao seu proprietário o direito à aquisição de uma ação ordinária, por preço preestabelecido, na data de exercício da opção. O pagamento das ações, na data de exercício das opções, será também registrado a crédito do patrimônio líquido. O valor justo das opções outorgadas não sofre alteração após a data da outorga. O direito de exercício da opção está condicionado à permanência dos executivos no Grupo, razão pela qual a divulgação dos detalhes dos planos de opção obedece às disposições de divulgação do CPC 10/IFRS 2.
**Plano de opções de compra de ações:** Em 16 de setembro de 2018, o Grupo aprovou via Assembleia Geral Extraordinária, a criação do plano de opções de ações para venda a seus colaboradores, limitado a 563.169.084 ações (representativas de 10% das ações totais do Grupo em 2018). São elegíveis ao plano os administradores, executivos e empregados recomendados pelo Comitê de Recursos Humanos e nomeados pelo Conselho de Administração. Para todos os planos de opções, o valor justo é estimado na data da outorga/venda usando o modelo de precificação denominado *Black & Scholes*, ajustado para refletir o requerimento da CPC 10 de que premissas sobre decaimento do direito de aquisição antes do final do período de carência não podem impactar o valor justo da opção. As opções compradas pelos participantes do Plano se tornarão potencialmente aptas a exercício, isto é, serão consideradas “Opções Vestidas”, em até 5 anos. Em caso de desligamento da Companhia, o participante somente fará jus às Opções Vestidas na data do seu Desligamento. As opções de ações em circulação durante o período estão detalhadas a seguir:

			<b>2018</b>
	<b>Quantidade de opções</b>	<b>Preço de exercício médio ponderado - R\$</b>	
<b>Saldo no início do período</b>	-	-	-
Concedidas durante o período	347		1,25
Prescritas por condições não atendidas durante o período	-	-	-
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>347</b>		-

As opções em circulação em 2018 possuíam preço médio ponderado de exercício de 1,25 (em R\$ por opção), e prazo contratual médio ponderado remanescente de 4 anos. O valor justo total das opções pagas pelos adquirentes em 2018 foi de R\$ 0,6. O valor justo médio ponderado das opções e premissas utilizadas na aplicação do modelo de precificação de opção do Grupo, para as “Outorgas” de 2018, consideram as seguintes informações: (i) valor justo das opções concedidas; (ii) preço de exercício de R\$ 1,25; (iii) estimativa de volatilidade em torno de 21,93%; (iv) carência de 5 anos; e (v) taxa livre de risco de 5,37%. A volatilidade esperada foi determinada através do cálculo da volatilidade histórica do preço das ações de empresas de varejo com ações listadas em bolsas de valores mundiais durante os 3 anos anteriores, levando em consideração a vida estimada da opção.

**24. Resultado por Ação: Políticas contábeis:** O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do período, atribuído aos acionistas do Grupo, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas do Grupo pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. Conforme mencionado na Nota 26(I), em 14 de outubro de 2020, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias, na proporção 10 para 1, passando de

Aos Administradores e Acionistas do **Bompreço do Brasil Participações S.A.**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Bompreço do Brasil Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de cinco meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Bompreço do Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de cinco meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase: Reapresentação das demonstrações financeiras:** Em 12 de junho de 2019, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018, que ora estão sendo reapresentadas conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, em decorrência da adequação de divulgações adicionais em atendimento às normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e reclassificação para melhor apresentação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. *Reconhecimento de créditos tributários:* Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ao fato de que a Companhia obteve o trânsito em julgado em relação às suas ações judiciais que discutiam o ressarcimento de créditos relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS Substituição Tributária - ST (“ICMS ST”). Em decorrência desses eventos, a Companhia mensurou e registrou parcialmente o montante dos créditos de ICMS ST, pois parte dos créditos referentes aos exercícios de 2008 a 2016 estava em fase de mensuração. A Companhia evidou todos os esforços necessários para apuração e mensuração desses créditos, tendo seus respectivos registros contábeis efetuados quando a mensuração final foi efetivamente concluída e sua existência assegurada. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Provisões para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis:* *Por que é um PAA:* Conforme divulgado na nota explicativa nº 14, a Companhia é parte passiva em processos fiscais, trabalhistas e cíveis no curso normal de suas atividades e está sujeita a fiscalizações por parte das autoridades competentes que podem resultar em autos de infração. O valor estimado das provisões e a divulgação requerida dos processos judiciais e administrativos requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem impactar significativamente o montante das provisões e as divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Devido ao volume significativo de processos fiscais, trabalhistas e cíveis, à relevância dos valores envolvidos, à complexidade da legislação tributária, trabalhista e cível, em especial no que diz respeito aos valores a serem considerados como base para a provisão de perda, e aos julgamentos significativos exercidos pela Companhia, incluindo as divulgações requeridas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. *Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:* i) Obtivemos o entendimento sobre o desenho dos controles internos que julgamos como chave relacionados à identificação, ao monitoramento e à avaliação dos processos judiciais, assim como a lista de assessores jurídicos externos e internos da Companhia. ii) Obtivemos confirmações com os assessores jurídicos externos e internos da Companhia, contemplando a avaliação do risco de perda e os montantes envolvidos nos processos fiscais, trabalhistas e cíveis em aberto. iii) Avaliamos, com base em uma amostra de processos reclamatórios e posições tributárias tomadas mais significativas, com o auxílio de nossos especialistas na área tributária, a documentação-suporte, as opiniões legais dos assessores externos e a jurisprudência existente. iv) Avaliamos, com base em uma amostra de processos, o histórico de perdas de processos trabalhistas utilizado para mensuração da provisão dos processos trabalhistas em fase inicial. v) Avaliamos, com base em uma amostra de processos, a integridade e a precisão dos dados utilizados nos cálculos efetuados pela Administração da Companhia. vi) Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes, em especial as relativas aos requerimentos de divulgação relacionada com a transição da norma e seu impacto contábil. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências no controle interno relacionadas à valorização dos processos, que resultaram em ajustes não realizados por terem sido considerados imateriais, de acordo com as normas aplicáveis. Em função disso, alteramos a nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis estimadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. *Classificação e divulgação sobre operações de arrendamento mercantil:* *Por que é um PAA:* Conforme divulgado na nota explicativa nº 15, a Companhia mantém compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamento mercantil de equipamentos e principalmente de imóveis onde operam suas lojas, sedes administrativas e centros de distribuição, entre outros. A aplicação do pronunciamento técnico CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) requer o exercício de julgamento relevante da Companhia no que tange à classificação dos arrendamentos mercantis entre operacional e financeiro, que leva em consideração: (i) transferência do ativo no final do prazo do contrato ou pelo uso substancial de sua vida útil; (ii) relação entre o valor presente do pagamento e o valor justo do ativo arrendado; (iii) determinação da taxa de desconto de cada contrato de arrendamento; e (iv) determinação dos componentes de arrendamento e das devidas alocações proporcionais ao valor do aluguel, entre

5.068.521.755 ações ordinárias para 506.852.176 ações ordinárias. Todas as informações relacionadas ao número de ações foram ajustadas retroativamente para refletir este grupamento de ações. A tabela a seguir mostra o cálculo do resultado por ação ordinária:

			<b>2018</b>
<b>Numerador básico</b>			
Prejuízo líquido do período atribuível aos acionistas			(28)
<b>Denominador básico - (milhares de ações)</b>			
Ações ordinárias	506.852		
Número médio ponderado de ações em circulação	<u>506.852</u>		
<b>Prejuízo por ação básico (em R\$)</b>			<b>(0,06)</b>
<b>Numerador diluído</b>			
Prejuízo do período de cinco meses atribuível aos acionistas			(28)
<b>Denominador diluído (milhares de ações)</b>			
Plano de opções de ações	2.112		
Número médio ponderado de ações em circulação	<u>506.852</u>		
<b>Média ponderada diluída das ações</b>			<b>(0,06)</b>
<b>Prejuízo por ação diluído (em R\$)</b>			<b>(0,06)</b>

### 25. Transações não Caixa

		<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2018</b>
Cisão de ativos operacionais para empresas “ <i>Real Estate</i> ”	11 e 16.2	-	1.210
Reconhecimento de arrendamento financeiro	11	-	1.241

**26. Eventos Subsequentes: a)** A partir de fevereiro de 2019 o Grupo passou a registrar despesas com *royalties* pelo uso da marca “Sam’s Club” e “Walmart” para o Walmart US. Excepcionalmente, em dezembro de 2019 o Grupo quitou os saldos acumulados de IT TSSA e *Royalties* com o Walmart US. b) Em abril de 2019, foi concluído o ajuste final no cálculo referente à obrigação do Grupo com o Walmart US decorrente do resgate de ações da BPSA realizado pelo Walmart US. O ajuste final resultou em uma redução de R\$ 55 milhões do valor calculado inicialmente de R\$ 251 milhões. O valor do ajuste será acrescido de encargos mensais à taxa de 10% do CDI, desde a data da aquisição. c) Em abril de 2019 foi acordado entre as partes o cálculo final de ajuste de preço no montante de R\$ 55, que foi deduzido do montante inicial. O saldo atualizado pelo CDI em 2019 é de R\$ 214. d) Em junho de 2019, foram iniciadas as operações do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - F500 Plus (FIDC), cujo objeto definido em regulamento é o investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Instrução CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com o objetivo principal de adquirir direitos creditórios originados do contas a pagar do Grupo junto aos seus fornecedores. O FIDC é uma Entidade de Propósito Específico cujas atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais específicas do Grupo. Os prazos das séries do FIDC são de 24 meses contados a partir de 29 de julho de 2019, sendo que este prazo poderá ser estendido a critério dos Quotistas do Fundo reunidos em Assembleia Geral de Quotistas. e) Em agosto de 2019 foi integralizado capital no valor de R\$ 750 (R\$ 797 atualizados pelo CDI), e em agosto de 2021 deverão ser integralizados R\$ 400, a serem atualizados pelo CDI desde a data da mudança de controle. f) Em 6 de setembro de 2019 ocorreu a incorporação da controlada direta Veraneio Participações Ltda. pela Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda. g) Em 29 de outubro de 2019 ocorreu a incorporação da controlada indireta Clube de Multifidelização - Bomclube Ltda. pela Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda. h) Em dezembro de 2019 foram subscritas 352.555.703 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal por um preço de emissão total de R\$ 165. Neste mesmo exercício foi integralizado aumento de capital no montante de R\$ 57, através de aumento do ativo imobilizado, sem emissão de novas ações, conforme descrito na nota 26, bem como realizado a integralização de capital social via redução de reserva de capital em 01 de agosto de 2019, no montante de R\$ 75. i) Em janeiro de 2020 o Grupo foi autuado por débitos de PIS e COFINS relativos ao período de 2015

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

outros. Devido ao volume de contratos, aos julgamentos significativos exercidos pela Companhia para classificação de tais contratos entre arrendamento mercantil financeiro e operacional, bem como aos potenciais impactos significativos que a interpretação e aplicação errada da norma podem ocasionar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018, esse assunto foi considerado significativo em nossa auditoria. *Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:* i) Obtivemos o entendimento sobre o desenho dos controles internos que julgamos como chave relacionados à identificação e classificação dos contratos de arrendamento mercantil. ii) Avaliamos as políticas contábeis estabelecidas pela Administração em comparação com os requisitos do pronunciamento técnico CPC 06 (R1). iii) Testamos, em base amostral, os contratos de arrendamento para avaliar a integridade e a precisão dos dados utilizados nos cálculos do ativo por arrendamento mercantil financeiro e dos passivos de arrendamento mercantil determinados pela Companhia. iv) Avaliamos ainda se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes relacionadas ao arrendamento mercantil. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências no controle interno relacionadas à mensuração do ativo de arrendamento mercantil e do passivo de arrendamento mercantil que resultaram em ajustes que foram registrados pela Administração, bem como em ajustes que não foram corrigidos pela Administração por terem sido considerados imateriais, de acordo com as normas em questão. Em função disso, alteramos a nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os valores reconhecidos como ativo de arrendamento mercantil e passivo de arrendamento mercantil, bem como pelas devidas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. *Realização de impostos a recuperar:* *Por que é um PAA:* Conforme divulgado na nota explicativa nº 7 e de acordo com a legislação federal e estadual, as compras de mercadorias permitem à Companhia o reconhecimento de créditos de Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e ICMS pagos na aquisição de mercadorias. A Companhia vem acumulando saldos significativos de impostos a recuperar de PIS, COFINS e ICMS. A Companhia avalia a expectativa de realização dos saldos de impostos a recuperar, a classificação entre ativo circulante e não circulante, assim como a necessidade de constituição de provisão para perdas. Essa avaliação é feita com base em estudos técnicos de recuperabilidade que consideram o histórico de consumo, bem como projeções de compras e vendas de mercadorias, alteração na distribuição logística das mercadorias e solicitações de regimes tributários especiais, entre outras iniciativas. Devido à relevância dos valores envolvidos e aos julgamentos significativos exercidos pela Companhia para determinar as premissas consideradas nos estudos técnicos de recuperabilidade que podem impactar o valor registrado como provisão de perda nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. *Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:* i) Obtivemos o entendimento sobre o desenho dos controles internos que julgamos como chave relacionados ao processo de reconhecimento dos impostos a recuperar. ii) Avaliamos, com auxílio de nossos especialistas tributários, o entendimento da metodologia e dos pressupostos-chave utilizados na elaboração do estudo técnico para realização dos impostos a recuperar, por meio de indagação aos responsáveis da área tributária da Companhia. iii) Envolvemos nossos especialistas tributários para nos auxiliar na revisão da apuração dos impostos a recuperar, considerados na elaboração do estudo técnico de recuperabilidade dos impostos a recuperar. iv) Revisamos, com auxílio de nossos especialistas tributários, as premissas-chave incluídas no plano de recuperação dos impostos, criado pela Companhia, bem como revisamos as evidências que suportam as ações já implementadas. v) Aplicamos testes documentais na estimativa de recuperação dos impostos a recuperar registrados, bem como em sua apresentação entre ativos circulantes e não circulantes. vi) Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes relacionadas ao tema. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os julgamentos exercidos pela Companhia na determinação da realização dos impostos a recuperar, bem como pelas devidas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. *Registro dos créditos extemporâneos de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e ICMS ST:* *Por que é um PAA:* Conforme divulgado na nota explicativa nº 7.2, a Companhia obteve êxito em nos processos fiscais relacionados ao ressarcimento do ICMS ST e do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, através do trânsito em julgado em novembro de 2018 e fevereiro, julho e agosto de 2019. Os referidos processos transitados em julgado contemplavam vários períodos de apuração; alto volume de dados; diferentes regras de tributação aplicáveis a entidades legais distintas da Companhia; complexidade sistêmica na compilação e no processamento dos dados, bem como necessidade de se gerar evidênciação, incluindo a identificação da documentação original disponível, que permitisse, a qualquer momento, a sua revisão e auditoria pelas autoridades fiscais, e assegurar a existência dos créditos. Devido à relevância dos valores envolvidos, compostos por um longo período de transações, com alto volume de dados, alta complexidade sistêmica envolvendo a compilação destes, incluindo o processamento e cálculo dos créditos tributários, e de julgamentos significativos da Administração sobre as modalidades de ICMS que originaram os referidos créditos tributários, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. *Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:* i) Obtivemos entendimento sobre o desenho dos controles internos chave implementados pela Companhia no processo de identificação das documentações-suporte, mensuração e reconhecimento dos créditos tributários. ii) Avaliamos, com auxílio de nossos especialistas tributários, os procedimentos adotados pela Administração no levantamento das documentações-suporte, mensuração e reconhecimento dos créditos tributários. iii) Revisamos, com auxílio de nossos especialistas tributários, a documentação da decisão judicial (trânsito em julgado), as opiniões legais emitidas, os aspectos legais e tributários da legislação brasileira para entendimento do mérito e a argumentação que orientou a Companhia sobre o reconhecimento e a mensuração do ativo reconhecido através da análise dos cálculos e das documentações-suporte dos montantes a serem considerados. iv) Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes relacionadas ao tema. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os julgamentos exercidos pela Companhia na determinação dos procedimentos para o levantamento e a obtenção das documentações-suporte para o registro dos créditos de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e ICMS ST, bem como pelas devidas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão

a 2017, no montante de R\$ 309. Na opinião dos assessores legais, o risco de perda é possível e encontra-se em fase de recurso. O Grupo possui processos com decisão favorável em grau recursal, relacionados à mesma tese. j) Em 30 de setembro de 2020 o Grupo reconheceu ativo fiscal diferido no montante de R\$ 2.423, R\$ 908 com relação a diferenças temporárias e R\$ 1.515 de prejuízos fiscais na extensão em que foi considerado provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis. **k) Empreendimentos imobiliários:** Em junho de 2020 o Grupo renegociou os termos de 44 contratos de aluguel de suas lojas físicas, estendendo o prazo de carência e vigência estabelecidos no Contrato de Locação. Os efeitos ocasionados pela taxa de desconto revisada e remensurada dos passivos de arrendamento foram reconhecidos em contrapartida do ativo de direito de uso na data da modificação. A taxa incremental na data da remensuração foi de 10,3%. Em 14 de outubro de 2020, os Acionistas aprovaram a incorporação de ações das sociedades Torch Empreendimentos e Participações S.A., Valquíria Empreendimentos e Participações S.A., Gibraltar Empreendimentos e Participações S.A., Midway Empreendimentos e Participações S.A., Kurs Empreendimentos e Participações S.A., Bulge Empreendimentos e Participações S.A., Pacifico Empreendimentos e Participações S.A., Overlord Empreendimentos e Participações S.A. e Kharkov Empreendimentos e Participações S.A. (“Sociedades”), controladas por nossos acionistas Brazil Holdings ScS e FIP Momentum, nas mesmas proporções de suas respectivas participações societárias no Grupo, com a finalidade de congregar todas as entidades sob o controle direto ou indireto do Grupo. A referida incorporação de ações foi aprovada sob condição suspensiva, vinculando o fechamento da transação quando do anúncio de início de distribuição pública do IPO. Uma vez cumprida a condição suspensiva acima, a Incorporação de ações estará automaticamente eficaz e dever-se-á proceder à transferência da totalidade das ações de emissão das Sociedades ao Grupo. A avaliação das ações das Sociedades para fins da incorporação de ações deu-se pelo seu respectivo valor patrimonial contábil, com observância dos princípios de contabilidade aceitos no Brasil e das disposições contidas na legislação societária. l) **Em 14 de outubro de 2020 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária os seguintes eventos societários:** • O grupamento das ações de emissão da Companhia, à proporção de 10:1. Desta forma o Capital social da Companhia passará a ser representado por 542.107.746 (quinhentos e quarenta e dois milhões, cento e sete mil e setecentos e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; • Foi realizado o resgate de R\$ 85.364.576 (oitenta e cinco milhões, trezentas e sessenta e quatro mil e quinhentas e setenta e seis) ações da acionista Momentum - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em ações preferenciais resgatáveis exclusivamente para fins de referido resgate. Este resgate foi aprovado sob condição resolutiva, devendo ser automaticamente revogado com retorno ao *status quo* ante caso não ocorra o publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública das Ações de emissão da Companhia até a data limite de 30 de abril de 2021. O resgate foi aprovado mediante a aplicação de reservas de capital existentes na Companhia no mesmo valor total e global de R\$ 400 (R\$ 445 atualizado pelo CDI), e quitado no mesmo ato, mediante compensação contra o dever de integralização de capital social em aberto da Companhia no mesmo exato valor, devido pelo Momentum - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, de forma que o capital social da Companhia passa a estar totalmente integralizado; • O Walmart US exerceu a opção de converter o valor do principal (R\$ 196) do montante a receber que detinha com a Companhia (nota 9.1) em capital. Foi aprovada a emissão, pela Companhia, de Bônus de Subscrição, em favor da WMT Brasília, pelo preço de emissão total de R\$ 1,00 (um real), sob condição suspensiva, sendo o exercício do Bônus de Subscrição condicionado à publicação do Anúncio de Distribuição Pública das Ações de emissão da Companhia até a data limite de 30 de abril de 2021. Portanto, mediante a verificação de referida condição suspensiva, serão emitidas 44.719.326 (quarenta e quatro milhões, setecentas e dezenove mil e trezentas e vinte e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia em favor do veículo Walmart US, ao preço total de R\$ 196.

Diretoria	
<b>Luiz Antonio Fazio</b> Diretor Presidente	<b>Vitor Fagá de Almeida</b> Diretor Administrativo Financeiro
<b>Danilo Bilton de Jesus</b> – Diretor Geral de Controladoria – CRC 1SP237579/O-0	

de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se essa outra informação está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcida de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de outubro de 2020

Vagner Ricardo Alves  
Contador  
CRC nº 1 SP 215739/O-9

**Deloitte Touche Tohmatsu**  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

**Deloitte**